

Intervenção com policiais militares sobre violência contra o parceiro íntimo

Ademar Francisco Leal, Ana Claudia N. de S. Wanderbroocke e
Sidnei Rinaldo Priolo Filho

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Forense, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Submissão: 29 set. 2020.

Aceite: 29 set. 2021.

Notas dos autores

Ademar Francisco Leal  <https://orcid.org/0000-0003-1645-3576>

Ana Claudia N. de S. Wanderbroocke  <http://orcid.org/0000-0002-2876-5326>

Sidnei Rinaldo Priolo Filho  <http://orcid.org/0000-0003-1320-9674>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas para Sidnei Rinaldo Priolo Filho,
Rua Professor Sydnei Antônio Rangel Santos, 238, Curitiba, PR, Brasil. CEP 82010-330. E-mail:
dpriolo@gmail.com

Resumo

A importância do atendimento dos policiais em casos de violência contra o parceiro íntimo é inegável. O objetivo da presente pesquisa foi avaliar uma intervenção breve com policiais da cidade de Curitiba sobre a violência contra o parceiro íntimo. Participaram da pesquisa 134 policiais, divididos em grupos controle ($n = 76$) e intervenção ($n = 58$), e os últimos receberam quatro sessões sobre as definições de violência contra o parceiro íntimo, ciclo da violência e intervenção a crise. Todos os participantes responderam a questões sociodemográficas, à Escala de Percepção sobre o Apoio à Vítima de Violência Doméstica e ao Questionário de Crenças sobre a Violência Intrafamiliar. Os resultados apontam a ausência de mudanças significativas nos escores gerais dos instrumentos entre o pré e o pós-teste para ambos os grupos. Questões pontuais apresentaram melhoras significativas no instrumento de crenças. Pesquisas futuras devem verificar formas de intervenção efetivas com policiais no início da carreira policial.

Palavras-chave: polícia, treinamento, educação, capacitação em serviço, violência por parceiro íntimo

INTERVENTION WITH POLICE OFFICERS ABOUT INTIMATE PARTNER VIOLENCE

Abstract

The importance of the police in cases of intimate partner violence is undeniable. The objective of the present study was to evaluate a brief training for police officers of the city of Curitiba on intimate partner violence. A total of 134 police officers, divided into control ($n = 76$) and intervention ($n = 58$) groups, participated in the study. The latter underwent four sessions about definitions of intimate partner violence, the cycle of violence, and crisis intervention. All participants answered a sociodemographic questionnaire, the Perception Scale on Domestic Violence Victim Support, and the Questionnaire of Beliefs on Domestic Violence. The results indicate the absence of significant changes in the general scores of the instruments between pre- and post-test for both groups. Three questions presented significant improvements in the Questionnaire of Beliefs on Domestic Violence. Future research should continue to test effective forms of police trainings at the beginning of their careers.

Keywords: police, training, education, inservice training, intimate partner violence

INTERVENCIÓN CON LA POLICÍA SOBRE LA VIOLENCIA DE PAREJAS

Resumen

La importancia de ayudar a los agentes de policía en casos de violencia de parejas es innegable. El objetivo de esta investigación fue evaluar una breve intervención con agentes de policía de Curitiba sobre la violencia de parejas. Participaron 134 policías, divididos en grupos control ($n = 76$) e intervención ($n = 58$), el último de los cuales recibió cuatro sesiones sobre las definiciones de violencia e intervención en crisis. Todos los participantes respondieron preguntas sociodemográficas, la Escala de Percepción sobre el Apoyo a la Víctima de Violencia Doméstica y el Cuestionario sobre Creencias en la Violencia Doméstica. Los resultados apuntan la ausencia de cambios significativos en las puntuaciones generales

de los instrumentos entre las pruebas previas y posteriores para ambos grupos. Las preguntas puntuales mostraron mejoras significativas en el instrumento de creencias. La investigación futura debería buscar formas efectivas de intervención con los agentes de policía al principio de sus carreras policiales.

Palabras clave: policía, capacitación, educación, capacitación en servicio, violencia de pareja

O atendimento de famílias em situação de violência pela Polícia Militar é um dos aspectos cruciais da formação de uma rede de proteção a todos os envolvidos. Isso decorre do fato de que, em geral, é a polícia que realiza o primeiro atendimento desses casos. O treinamento policial no Brasil sobre a temática da violência contra o parceiro íntimo (VPI) ainda é incipiente, em especial quando se visa a um atendimento com maior foco nas questões psicossociais e menos punitivista. De acordo com Schraiber et al. (2007), os atendimentos policiais aos casos de VPI não são organizados intersetorialmente, estando limitados à ocorrência em si, e assim carecem de resolutividade. Além disso, para os autores, não há evidências científicas da efetividade dos trabalhos realizados, já que o treinamento decorre, muitas vezes, da própria prática.

Reconhecendo o papel fundamental que as crenças dos policiais têm sobre VPI e como elas podem influenciar suas respostas a esse tipo de chamados, vários países desenvolvidos implementaram medidas buscando mudanças dessas crenças. Essas medidas são variadas, incluindo psicoeducação e treinamento, maior uso de políticas de detenção dos agressores e mudanças na legislação, de modo a aumentar os poderes e as responsabilidades dos policiais nesses casos (McPhedran et al., 2017).

A VPI deveria ser uma das principais preocupações das polícias pela propagação do problema proveniente de papéis de gênero e estereótipos negativos sobre mulheres. Essas visões, quando mantidas por policiais do sexo masculino, afeta as crenças, os estereótipos e as reações perante casos de VPI. A cultura patriarcal que envolve a maior parte das organizações policiais no mundo ocidental aparenta estar relacionada com os comportamentos e as intervenções dos policiais em casos de VPI (Lockwood & Prohaska, 2015). A cultura patriarcal, de acordo com Lerner (1986), pode ser entendida como a institucionalização e manifestação da dominação masculina sobre mulheres e crianças nos contextos familiares e na sociedade em geral. Nessa cultura, preponderam a assimetria e a desigualdade devido à hierarquia implícita que ordena verticalmente e disciplina sob a perspectiva do homem.

Até a década de 1980, não havia, nos Estados Unidos, protocolos específicos para a VPI, e pouco tempo era despendido para o treinamento dos policiais. Historicamente, a cultura policial no mundo ocidental encorajou crenças sexistas e uma ideia de não interferência em aspectos considerados privados das relações íntimas (McPhedran et al., 2017). Um dos principais aspectos da VPI que merece atenção no atendimento policial é o ciclo da violência, composto de três fases: o aumento da tensão, o ato de violência e uma fase amorosa, usualmente chamada de “lua de mel”. A primeira fase caracteriza-se por incidentes menores de violência física ou abuso emocional, envolvendo regras e expectativas em relação ao outro. A vítima da violência pode responder calmamente para diminuir a tensão da situação ou tentar defender sua posição. Ambos podem tentar racionalizar o seu comportamento alegando, por exemplo, reações de estresse relacionadas ao trabalho ou às finanças. O tempo subsequente entre as fases é relativo, podendo ser de dias ou semanas ou é possível que decorram anos de tensão entre os incidentes agudos. À medida que a tensão aumenta, as habilidades de enfrentamen-

to da vítima se tornam cada vez menos eficazes para a diminuição da tensão e, consequentemente, para a sua proteção (Walker, 2016).

Na segunda fase, com tensão crescente e aumento da raiva, ocorrem as violências mais graves. Essa fase é a mais breve, com duração de poucas horas, seguida de negação sobre a gravidade do incidente, o que pode representar uma tentativa de minimizar o ocorrido ou de culpabilizar a vítima pela violência (Eriksson & Mazerolle, 2015). Geralmente, é nesse momento que o atendimento policial é requisitado, isto é, na fase mais aguda do ciclo da VPI, e, portanto, a intervenção exige conhecimento dessa dinâmica e estratégias de intervenção em crise.

A terceira fase consiste em mudanças comportamentais de todos os envolvidos, já que o agressor se torna amoroso e demonstra bondade. Ele também pode se desculpar e oferecer estratégias de conciliação para obter ajuda e promessas de não repetir o comportamento violento (Walker, 2016). Provavelmente, outras formas de abuso, como coerção e abuso econômico ou emocional, continuarão a ocorrer com o objetivo de controlar o parceiro, mesmo durante essa fase. Com essa alteração súbita de comportamento, a vítima pode compreender que há uma real mudança e buscar a reconciliação; afinal, nesse momento específico, o parceiro mostra-se adequado, e a vítima atinge suas expectativas de relacionamento. A dinâmica da terceira fase é um dos obstáculos para a vítima conseguir sair de um relacionamento violento, mesmo sendo o momento no qual a maioria dos serviços e das pessoas da sua rede de apoio irá se envolver (Myers, 1995).

Devido ao ciclo da violência, grande parte das mulheres se encontra em situação de risco em relação aos seus pares, pois suas habilidades para lidar com o relacionamento violento costumam ser ineficazes por sofrerem a influência da cultura e do histórico de vida (Eriksson & Mazerolle, 2015; Walker, 2016). As mulheres podem se sentir sem saída devido às expectativas da cultura vigente quanto ao papel da mulher na família e no casamento, reforçando seu empenho em manter a relação mesmo que necessite se sacrificar e assumir a responsabilidade pelo que ocorre em seu relacionamento íntimo (Eriksson & Mazerolle, 2015; Walker, 2016). Além disso, são inúmeras as consequências da VPI para a saúde física e emocional da mulher, como somatizações, ideação suicida, perda da autoestima, depressão, fobias, entre outras, que podem dificultar ainda mais o rompimento com os ciclos de violência (Brasil, 2005).

A VPI apresenta frequências distintas no mundo. Em um estudo envolvendo 30 países em desenvolvimento, Peterman et al. (2015) observaram que aproximadamente 29% das mulheres sofreram alguma forma de violência, com variações de 49% (Camarões, Gabão, Uganda e Zâmbia) a 11% (Azerbaijão, Burkina Faso, Camboja e Ucrânia). No Brasil, país também em desenvolvimento, os dados de Waiselfisz (2015) apontam que, entre as mulheres adultas, 67,2% dos atendimentos de saúde decorrentes de violência são causados por parceiros ou ex-parceiros. De acordo com Schraiber et al. (2007) e Lindner et al. (2015), as taxas de VPI no Brasil variam de 16% a 40%, indicando a urgência em enfrentar o agravo.

Dessa forma, o policial militar em atendimento às ocorrências de VPI deve considerar que a vítima em questão pode estar presa em um ciclo de violência e tornar-se refém do parceiro (Williams et al., 2000). Compreender a importância do ciclo da violência pode ser uma ferramenta fundamental para o aumento da eficácia do trabalho da polícia, levando em consideração que, logo após a ocorrência de uma situação de violência, a intervenção policial deve se dar para a identificação dos responsáveis e o encaminhamento de procedimentos oficiais.

O trabalho de pesquisa de Huisman et al. (2005) é uma das primeiras experiências em treinamento de policiais com controle experimental. Essas autoras acreditam que é imperativo ensinar sobre a violência doméstica e racismo juntos, pois esses mecanismos são fundamentais na boa prestação de serviço policial. Ademais, devem-se identificar os desafios dos policiais em treinamento sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres agredidas e propor estratégias de formação para iniciar um diálogo sobre a temática. Antes de identificarem os problemas, Huisman et al. (2005) forneceram uma breve visão geral sobre o tema na formação, e o treinamento ocorreu durante um período de três dias em 2001, com aproximadamente 90 policiais. O dia de treinamento foi dividido em cinco sessões que consistiram em distintos temas apresentados por diferentes treinadores, entre homens e mulheres, e de raças diferentes, e essas estratégias foram desenvolvidas para fortalecer aspectos de aceitação dos participantes. Desde o início, os policiais criaram um ambiente hostil ao treinamento, e esse fato levou muitas das mulheres formadoras a analisar o treinamento como malsucedido. Esse padrão é consistente com a pesquisa sobre a dinâmica de sala de aula que descobriu que grupos dominantes geralmente não têm experiência pessoal com a desigualdade (Haddad & Lieberman, 2002) e que os professores negros sofriam mais hostilidade do que os professores brancos ao ensinarem policiais estudantes brancos (Huisman et al., 2005). Apesar de diversos relatos de experiências em congressos e conferências, são escassos os trabalhos atuais em revistas científicas e avaliados por pares sobre essa temática. Em especial, no Brasil, o único estudo encontrado foi realizado por Williams et al. (2000), que continha uma amostra reduzida e não possuía grupo controle. A presente pesquisa, até o ponto de nossa revisão, é a primeira realizada no país que utilizou grupos controle e experimental com amostragens representativas de participantes da força policial.

Ademais, a educação de policiais tem sido uma ferramenta utilizada no mundo como uma estratégia para resolução de diversos problemas de saúde e nos atendimentos das necessidades desse grupo (Papazoglou & Andersen, 2014). Dessa forma, o objetivo deste estudo foi avaliar uma intervenção breve com policiais da cidade de Curitiba sobre a VPI.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 134 policiais militares de dois batalhões da cidade de Curitiba, em coleta pré-teste e pós-teste. O grupo intervenção foi composto por 58 policiais;

e o grupo controle, por 76 policiais. A coleta pós-teste teve a participação de 111 policiais, ou seja, a taxa de retenção foi de 82,8%. A média de idade dos participantes foi de 33,22 anos de idade ($DP = 6,41$), e o tempo de serviço na polícia (anos de experiência na Polícia Militar) foi em média 8,09 anos ($DP = 6,89$). Não se observaram diferenças entre os grupos, a partir de um teste t de amostras independentes, para idade ($p = 0,16$), tempo de polícia ($p = 0,57$) e estado civil ($p = 0,59$). Em relação à patente dos participantes, não houve diferenças na formação dos grupos ($p = 0,18$), sendo 85% de ambos compostos por soldados. Em relação ao gênero, constatou-se maior frequência de mulheres no grupo controle ($p < 0,01$), sendo 13 no grupo controle e 7 no grupo intervenção.

Instrumentos

Para avaliar as práticas dos policiais, utilizaram-se os seguintes instrumentos:

- *Questionário sociodemográfico*: para levantamento de idade, gênero, patente na corporação e tempo de serviço na Polícia Militar.
- *Escala de Percepção sobre o Apoio à Vítima de Violência Doméstica* (Sani & Moraes, 2010): escala construída para policiais portugueses que, com a autorização das autoras, teve sua linguagem adaptada ao português brasileiro. É constituída por 18 afirmações às quais os participantes responderam em uma escala Likert de 7 pontos, que varia de “totalmente irrelevante” a “totalmente relevante” para o trabalho. O instrumento possui dois eixos: relação entre serviço e a vítima, e estruturas e procedimentos do trabalho policial. O instrumento apresenta duas subescalas (percepção sobre serviços à vítima e percepção sobre serviços à vítima, e estrutura e procedimentos), em que escores mais elevados indicam respostas mais adequadas para o atendimento de policiais em casos de VPI.
- *Questionário de crenças sobre violência intrafamiliar* (Ferrari et al., 2016): contém 45 afirmações sobre VPI, violência de gênero e violência contra a criança que os participantes deveriam avaliar como verdadeiras ou falsas. O escore do instrumento é realizado pelo somatório das respostas adequadas a situações de violência apresentadas, ou seja, quanto maiores os escores, mais adequadas as crenças dos profissionais sobre a violência doméstica.

Procedimento

Coleta de dados

Selecionaram-se três batalhões potenciais para a intervenção, e formaram-se, de forma aleatória duas equipes: grupo controle ou intervenção. Os batalhões selecionados deveriam: 1. realizar atendimentos de chamadas de emergência, incluindo de violência entre parceiros íntimos; 2. ser compostos de policiais de diferentes patentes e experiência; 3. existir há pelo menos um ano. Como à época da pesquisa a cidade não dispunha de patrulhas específicas

para a violência entre parceiros íntimos, os autores realizaram a randomização dos batalhões como estratégia para aumentar a confiabilidade e validade dos dados obtidos. Essas companhias não tinham contato direto, sendo responsáveis por setores distintos dentro da corporação. Para a intervenção, os policiais eram reunidos em uma sala de aula dentro dos próprios batalhões, em um dia denominado de “instrução”, no qual, normalmente, eram repassados treinamentos e comandos a serem realizados ou aprendidos pela tropa.

A intervenção foi composta de quatro encontros com média de duração de 90 minutos cada, sendo o primeiro para a explicação da pesquisa e a entrega e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o preenchimento dos instrumentos. A segunda sessão foi dedicada às definições da VPI, aos dados epidemiológicos da área de atuação dos policiais sobre VPI e à orientação sobre aspectos de atuação em situações de crise. Abordaram-se técnicas utilizadas pelos policiais, e discutiram-se outras possibilidades de atuação, bem como a importância da abordagem, do tom de voz e do papel da polícia na notificação. A terceira sessão apresentou o ciclo da violência e todas as suas fases de acordo com os modelos propostos por Walker (2016) e Eriksson e Mazerolle (2015). A cada etapa, era solicitado aos policiais que apontassem dúvidas e se o ciclo correspondia à realidade do trabalho deles. Nas sessões de intervenção, ministraram-se aulas expositivas e dialogadas com a psicoeducação como ferramenta de sensibilização. Eram apresentados dados de pesquisas nacionais e evidências científicas quanto à violência contra a mulher e das formas de atendimento com mais evidências de bons resultados. Na última sessão, coletaram-se os dados pós-teste e realizou-se um *feedback* informal dos policiais sobre a intervenção. Portanto, as intervenções propriamente ditas ocorreram em dois encontros.

Durante todo o processo da pesquisa, houve colaboração e participação dos batalhões, com exceção de um, no qual se notou no segundo encontro, com o grupo experimental, uma diminuição no número de participantes, e, no terceiro encontro, com esse mesmo grupo, a participação foi mínima, com apenas nove participantes. Sendo assim, esse batalhão não foi incluído na análise de dados. Os batalhões que tiveram a participação em todo o processo da pesquisa têm seus dados apresentados a seguir.

Análise dos dados

Os dados foram tabulados no Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 23.0). Não se observaram casos de dados omissos na coleta de dados. A partir de um teste de Kolmogorov-Smirnov para acessar a normalidade, constatou-se que os dados do instrumento de percepção ($p < 0,01$) e crenças ($p = 0,05$) não apresentavam normalidade. Dessa forma, realizou-se um teste não paramétrico de Wilcoxon para comparar o desempenho dos grupos controle e intervenção nos *designs* pré e pós-teste. Devido à não normalidade da amostra, foram realizados testes de Kruskal-Wallis para comparação das médias de escores dos grupos controle e experimental para os instrumentos utilizados.

Considerações éticas

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Tuiuti do Paraná e obteve aprovação por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n. 69453517.7.0000.8040. Em seguida, o Comando da Polícia Militar de Curitiba foi contatado para reunião de esclarecimento sobre a pesquisa e os locais de coleta de dados.

Resultados

Os resultados serão apresentados na seguinte ordem: comparação de escores entre os grupos controle e intervenção, correlações entre escores e gênero, e, por fim, testes comparativos das diferentes questões dos instrumentos utilizados.

As variáveis de percepção sobre serviços à vítima ($Z = 0,69, p = 0,49$) e procedimentos em casos de VPI ($Z = 0,38, p = 0,70$) apresentaram ligeira diminuição não significativa para o grupo intervenção, enquanto as crenças apresentaram melhora, também não significativa ($Z = 0,73, p = 0,46$). O teste de Wilcoxon mostrou um padrão semelhante para o grupo controle, com ligeira diminuição dos escores para serviços à vítima ($Z = 0,11, p = 0,91$) e crenças ($Z = 0,10, p = 0,92$), e pequeno avanço em procedimentos de atendimento ($Z = 0,13, p = 0,90$), todas as variáveis sem diferenças significativas. A Tabela 1 apresenta as médias dos grupos para cada uma das variáveis avaliadas.

Tabela 1

Média e desvio padrão das variáveis de serviços à vítima, procedimentos e crenças sobre a VPI para cada um dos grupos

Grupo	Serviços à vítima		95% IC		p	Procedimentos		95% IC		p	Crenças		95% IC		p
	M	DP	Mín.	Max.		M	DP	Mín.	Max.		M	DP	Mín.	Max.	
Controle pré-teste	5,60	0,85	5,40	5,80	0,89	5,87	0,92	5,64	6,09	0,91	9,95	3,66	9,08	10,83	0,92
Controle pós-teste	5,59	1,00	5,33	5,86		5,89	1,03	5,61	6,16		9,31	3,7	8,33	10,28	
Intervenção pré-teste	5,48	0,89	5,26	5,70	0,49	5,69	1,06	5,43	5,96	0,70	9,75	3,47	8,88	10,61	0,46
Intervenção pós-teste	5,40	0,82	5,17	5,62		5,64	1,02	5,35	5,92		10,32	6,54	8,51	12,12	

Nota. IC = intervalo de confiança.

A análise de correlação de Pearson apresentou resultados de significância positiva entre policiais do gênero feminino em ambos os grupos e maior pontuação em serviço à vítima ($R = 0,13, p = 0,04$) e procedimentos de atendimento ($R = 0,14, p = 0,33$), mas não para as crenças sobre VPI ($R = -0,12, p = 0,06$).

Foram realizados testes de Kruskal-Wallis para cada item da escala de percepção para os diferentes grupos. Observou-se uma mudança significativa nas questões cinco (“Entendimento da relutância da vítima em prestar queixa”) ($p = 0,02$, d de Cohen = $0,30$) e seis (“Apreciação das necessidades da vítima”) ($p = 0,05$, d de Cohen = $0,18$) para o grupo controle, e na questão oito (“Continuidade do contato com a vítima”) para o grupo experimental ($p = 0,03$, d de Cohen = $0,01$). O mesmo teste foi realizado para questionário de crenças, e observaram-se diferenças significativas nas questões seis (“O consumo de álcool é a principal causa do homem bater na mulher e nos filhos”) ($p = 0,04$, d de Cohen = $0,01$) e oito (“As crianças que veem a mãe ser agredida pelo pai, muitas vezes, sentem-se culpadas pela violência”) ($p < 0,01$, d de Cohen = $0,18$).

Um teste ANOVA univariado, tendo o escore total de crenças como variável dependente e as aplicações (pré e pós-teste), os grupos (controle e intervenção) e a graduação (oficial, subtenentes e sargentos, cabos e soldados), não mostrou interações significativas para nenhuma das variáveis. Para a graduação dos participantes, o valor indica sinais de tendência à significância estatística ($F(1,15) = 21,30$, $p = 0,06$), o que talvez apresentasse diferença significativa com maior amostragem de oficiais. O mesmo padrão nos resultados foi observado para serviços à vítima e procedimentos de atendimento.

Um teste t de amostras pareadas foi realizado para investigar diferenças intragrupo, e somente itens da escala de crenças do grupo intervenção apresentaram diferenças significativas. A Tabela 2 mostra os itens que apresentaram diferenças significativas, e destaca-se o aumento nos escores médios de adequação de todas as questões com diferenças significativas.

Por fim, durante as conversas e os *feedbacks* ocorridos na última sessão, alguns tópicos foram mencionados pelos participantes. Destacam-se as falas de alguns participantes sobre a Lei Maria da Penha, indicando que não concordavam com a criação e aplicação dessa legislação. Também foi mencionado por alguns participantes que a rotina policial, na qual não observam melhoras nos relacionamentos violentos, fazem-nos pensar de maneiras não necessariamente científicas sobre o fenômeno, mas com uma visão negativa e determinista sobre as pessoas envolvidas em situação de violência intrafamiliar.

Tabela 2

Média, desvio padrão e testes t pareados das questões com diferenças significativas entre pré e pós-teste para o grupo intervenção

Item	Aplicação	M	DP	t	95% Intervalo de confiança		p
					Inferior	Superior	
A mulher em geral não presta queixa na primeira ou segunda vez que apanha do marido.	Pré-teste	0,11	0,32	-1,23	-0,18	0,04	0,02
	Pós-teste	0,18	0,39				
É a crise, o desemprego e a constante falta de dinheiro as principais razões que fazem com que o homem seja violento em casa.	Pré-teste	0,09	0,29	-1,39	-0,18	0,03	0,01
	Pós-teste	0,16	0,37				
Ninguém apanha de graça.	Pré-teste	0,06	0,24	-1,22	-0,14	0,03	0,02
	Pós-teste	0,11	0,32				
A mulher provoca. Não é à toa que o homem é violento.	Pré-teste	0,05	0,22	-1,38	-0,16	0,03	0,01
	Pós-teste	0,11	0,37				
Numa mulher não se bate nem com uma flor.	Pré-teste	0,11	0,32	-2,17	-0,26	-0,01	0,00
	Pós-teste	0,25	0,47				
A frequente ocorrência de maus-tratos intrafamiliares demonstra que nem sempre há harmonia na família.	Pré-teste	0,11	0,32	-2,40	-0,28	-0,03	0,00
	Pós-teste	0,26	0,48				
Quase nunca a criança mente sobre estar sendo maltratada. Uma pequena porcentagem dos casos é fictícia e, nesses casos, em geral trata-se de crianças maiores que já objetivam alguma vantagem.	Pré-teste	0,31	0,47	-1,61	-0,29	0,03	0,00
	Pós-teste	0,44	0,53				
A divulgação de material erótico com crianças (como textos, fotografia/filmagem de crianças nuas ou fazendo sexo) causa malefícios, pois prejudica as crianças que são expostas e estimula a aceitação do sexo entre crianças e adultos como algo normal.	Pré-teste	0,04	0,20	-1,96	-0,18	0,00	0,00
	Pós-teste	0,13	0,39				
Quando o marido bate na mulher, pode saber que ela tem culpa no cartório.	Pré-teste	0,02	0,14	-1,86	-0,13	0,00	0,00
	Pós-teste	0,08	0,28				
A mulher merece apanhar porque azucrina a vida dos homens.	Pré-teste	0,01	0,10	-1,25	-0,10	0,02	0,01
	Pós-teste	0,05	0,28				
Muitas vezes, o contato do pedófilo inicia-se de forma virtual através da internet, mas logo pode passar para a conquista física, levando inclusive à possibilidade de assassinato de crianças.	Pré-teste	0,06	0,24	-1,12	-0,15	0,04	0,02
	Pós-teste	0,11	0,37				
A mulher também pode ser um agressor físico e/ou sexual de crianças.	Pré-teste	0,00	0,00	-2,11	-0,13	0,00	0,00
	Pós-teste	0,07	0,31				

Discussão

Esta investigação teve como objetivo verificar o impacto de uma intervenção breve sobre crenças e percepções de procedimentos e atendimentos às famílias em situação de violência intrafamiliar de policiais militares da ativa na cidade de Curitiba. Os resultados desta pesquisa indicam que não foram observadas mudanças na percepção dos serviços à vítima, nos procedimentos e nas crenças sobre a violência intrafamiliar de policiais militares. Contudo, algumas questões de crenças apresentaram mudanças positivas e significativas para o grupo experimental. Destacam-se também bons escores dos grupos controle e intervenção para os fatores de serviços à vítima e procedimentos em casos de VPI, com escore médio superior a 5 em um total possível de 7 para essas variáveis. Esse resultado indica que os policiais apresentaram conhecimentos teóricos sobre quais seriam suas atribuições e condutas em casos de VPI na maior parte das ocorrências. Contudo, mensurações no mundo real devem ser realizadas para confirmar se esses aspectos teóricos são postos em prática pelos policiais.

A discussão sobre o ciclo da violência (Eriksson & Mazerolle, 2015; Walker, 2016) mostrou-se adequada por um aspecto não previsto pelos pesquisadores. Diversos participantes vocalizaram a sua não aceitação da criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), indicando que não haveria diferenças entre homicídio e feminicídio. A apresentação das características específicas da VPI, pelos pesquisadores, deu-se no intuito de esclarecer as diferenças entre um homicídio relacionado à violência urbana e essa forma de violência. A apresentação do ciclo da violência foi baseada no trabalho de Muftić e Cruze (2014), que indicou que os policiais da Bósnia acreditavam que a VPI era um tema que dizia respeito somente às famílias envolvidas, crenças compatíveis com as observadas por Williams et al. (2000) com policiais civis brasileiros. É possível que essa resistência inicial ao tema tenha influenciado os resultados quantitativos e a ausência de um desfecho significativo para os resultados obtidos nessa amostra.

Um aspecto que a presente pesquisa aponta que deve ser considerado em pesquisas futuras é o fato de que duas sessões de intervenção dificilmente conseguiriam mudar crenças e percepções de policiais com uma média de tempo de serviço de 8,09 anos. Esse fato também é apontado por Williams et al. (2000) que indicaram que quanto pior for o repertório inicial do policial em relação às crenças, menor será a chance de uma intervenção breve bem-sucedida. Huisman et al. (2005) também enfrentaram a mesma dificuldade com uma amostra norte-americana de policiais. Em comum, esses trabalhos e a presente pesquisa apontam que a capacitação de policiais da ativa deve ser uma prática constante, como forma de garantir que seu atendimento às famílias seja o mais adequado e baseado em evidências científicas. Com isso, é possível imaginar que utilizar variáveis distintas das crenças, que são aspectos mais cristalizados do comportamento, pode apresentar alterações com a intervenção. Uma forma distinta poderia ser o uso de estratégias de *role-playing* de atendimentos para que a aplicação das estratégias ensinadas fosse treinada sob orientação dos aplicadores. Enfim, diferentes

estratégias podem ser utilizadas como mecanismos a serem testados com os policiais para melhorar a eficácia das intervenções.

Um importante aspecto qualitativo trazido nos *feedbacks* dos policiais é que a rotina de atuação nos atendimentos de VPI os levou a desenvolver tais crenças. Eles também informaram que a reincidência das ocorrências com a mesma vítima os leva a pensar e acreditar que não há solução para o conflito. Necessita-se de novos estudos de intervenção com eles para desmistificar as crenças deturpadas e, assim, obter melhores resultados tanto para a polícia como para a sociedade.

Segundo Lockwood e Prohaska (2015), as mudanças de crenças podem ocorrer por outros motivos organizacionais da polícia. Por exemplo, esses autores apontam que policiais que apoiam ideias de policiamento comunitário apresentam maior senso de colaboração e cuidado em casos de VPI, enquanto policiais com modelos considerados mais tradicionais expressam frustração com esse tipo de chamada. O treinamento dos policiais deve abordar aspectos de equidade de gênero e as consequências da VPI em suas diferentes esferas. Equipes treinadas em intervenção na crise, tal qual foi buscado com essa intervenção, podem auxiliar os atendimentos. Sugere-se que essas equipes especializadas sejam multidisciplinares não apenas para prevenir violências futuras, mas também para inserir as pessoas envolvidas na situação de violência em abrigos, quando o caso, e encaminhá-las ao aconselhamento jurídico e ao sistema de saúde. Nossa hipótese é de que essas equipes especializadas teriam um efeito multiplicador da empatia e sensibilidade em relação à VPI, contudo isso ainda necessita de comprovação empírica.

A pesquisa-intervenção realizada por psicólogos em parceria com policiais militares sempre foi um desafio, porque o acesso civil aos quartéis de polícia é bastante restrito. Além disso, em um ambiente hierarquizado como o da Polícia Militar, mudanças de comportamento de instâncias superiores, em geral, traduzem-se em mudanças nas instâncias inferiores. Esse fenômeno de hierarquização associado com a cultura policial (Ingram et al., 2018) não ocorre somente nos ambientes militares, nos quais oficiais afetam a prática dos profissionais de acordo com seu estilo de liderança (Schwarzwalder et al., 2001), mas também pode ser observado entre adolescentes do sexo masculino não policiais em situações sociais (Silva et al., 2016). Ou seja, o efeito de modelos em posição hierárquica superior parece ser perene em homens, independentemente da posição em carreiras policiais. Pesquisas futuras devem investigar se a cultura policial com seu viés masculino pode se beneficiar dos modelos positivos de policiais de alta patente, considerando a possibilidade de modelos comportamentais desse grupo serem adotados pelo grupo maior de praças que atuam diretamente com a população.

Um dos aspectos apontados pelos participantes envolvia a questão de resolução dos casos de VPI. Essa visão é compatível com pesquisa realizada nos Estados Unidos (Crowe & Murray, 2015). A motivação dos participantes deve fazer parte de intervenções futuras, pois aparentemente essa variável tem um papel fundamental na participação e disposição dos po-

liciais nas atividades. Williams et al. (2000) apontaram ainda que folgas ou dias específicos para esse treinamento, sem que os policiais tenham que deslocar-se ou trabalhar mais horas para receber a intervenção, também são estratégias que podem ser facilitadoras de bons resultados. Pode-se supor que esse aspecto tenha influenciado a não adesão dos membros de um dos batalhões que acabou sendo eliminado do processo de análise dos dados na presente pesquisa.

Apesar de os resultados encontrados não terem mudanças significativas nas variáveis de percepção de serviços à vítima, procedimentos e crenças sobre a violência intrafamiliar, o presente trabalho evidencia a importância de que intervenções sejam propostas a policiais militares brasileiros. Além disso, essas variáveis que não apresentaram mudanças podem estar sob efeito da desejabilidade social para os participantes. Isto é, durante o pré-teste, os participantes responderiam o que consideram o adequado, por não conhecerem os pesquisadores e objetivos ou ainda por temerem consequências negativas de suas respostas. Com estabelecimento de vínculos, podem ser mais sinceros no pós-teste, o que impactaria os escores dos instrumentos. A desejabilidade social tem sido vista como uma variável que afeta as respostas das vítimas e dos agressores (Visschers et al., 2017), mas a literatura sobre policiais, violência e desejabilidade ainda é escassa e indica que, em casos de violência sexual, a desejabilidade social afeta as respostas dos policiais em pesquisas (Venema, 2018). Adicionalmente, espera-se que novos treinamentos, intervenções e ações sejam realizados com essa população em diversos momentos de sua carreira (por exemplo, formação, reciclagem e formação continuada) para garantir um melhor atendimento à população e maior satisfação com as atividades para os policiais, fato apontado não somente na realidade brasileira, mas também em outros países (Huisman et al., 2005; Muftić & Cruze, 2014).

O instrumento de crenças sobre a violência familiar utilizado na presente pesquisa foi aplicado em professores, profissionais e estudantes da área de saúde. Os policiais desta pesquisa apresentaram a pontuação média (9,75 respostas adequadas de 45 possíveis) mais baixa quando comparados a estudantes de pedagogia (40,09), professores (37,10), estudantes da área de saúde (39,66) e profissionais da área de saúde (32,53) (Brino & Souza, 2016). Atuar sob as crenças da população policial requer empenho e espaço dentro das organizações policiais, e, sendo assim, por meio desse espaço, pode-se construir conhecimento para policiais e melhor qualificação para que possam atuar em casos de VPI, maus-tratos infantis e contra idosos. Caso os departamentos de polícia queiram atuar de maneira efetiva e com posicionamentos claros sobre a VPI, devem indicar esses treinamentos desde a entrada dos novos membros na corporação (Lockwood & Prohaska, 2015), o que poderá proporcionar resultados positivos à linha de base de treinamentos futuros.

Ao final, é importante destacar alguns aspectos fundamentais quando se realizam pesquisas com as forças policiais. O primeiro aspecto é que a cultura policial e a cultura machista que permeiam as relações entre os indivíduos não são de responsabilidade do policial,

mas ele é afetado e pode perpetuá-las com seus comportamentos. Dados canadenses fortalecem essa assertiva (Ballucci et al., 2017), ao apontarem que a resistência dos policiais ao tema da VPI pode ser explicada pelas crenças tradicionais da cultura policial. Em um ambiente em que a hierarquia é fundamental e compreendida como necessária, as posições de liderança possuem grande impacto nos comportamentos dos policiais. Cockcroft (2019) aponta que, devido à natureza da liderança e hierarquia, mudanças dos oficiais tendem a causar mudanças nos oficiais considerados operacionais, ou seja, aqueles que atuam diretamente com a população. Nesse caso, a possibilidade de intervir para aumentar conhecimento e estratégias promovida pela Polícia Militar do estado do Paraná deve ser incentivada para outros estados, bem como devem-se criar estratégias para que ocorra um fortalecimento da participação de pesquisadores nas atividades policiais. Com isso, indicamos que o primeiro passo para conseguir realizar pesquisas e intervenções no ambiente policial é não partir de pressupostos não empíricos ou com visões anteriores dos pesquisadores que não sejam fundamentadas em dados científicos. A ciência psicológica pode ser um mecanismo catalisador da cooperação entre a polícia, a sociedade e as evidências científicas para uma maior interação e mudanças positivas para os três.

Este trabalho apresenta algumas limitações, sendo a primeira o número reduzido de sessões propostas na intervenção com os policiais, o que pode ter diminuído o impacto do programa, apesar das pequenas mudanças alcançadas. A segunda refere-se à ausência de *follow-up* para verificar se as mudanças se mantiveram ao longo do tempo e na volta para as atividades práticas, a partir dos temas discutidos durante as sessões. Apesar de esta pesquisa ter seguido algumas das características apontadas por Guidi et al. (2018) para a elaboração de atividades de intervenção, como comparação com um grupo controle, critérios de inclusão abrangentes da população e instrumentos com sistemas avaliativos claros, ela não avaliou de maneira observacional mudanças comportamentais dos policiais ou os impactos em longo prazo da intervenção. Recomendam-se medidas para a criação de redes de apoio e intervenção com agressores e vítimas em unidades especializadas, de modo a contribuir para a melhora da percepção dos policiais em relação ao trabalho voltado à população. Sugere-se também que futuras pesquisas utilizem intervenções mais prolongadas e com uso de técnicas distintas das realizadas nesta pesquisa, como as metodologias ativas.

Em suma, uma intervenção breve foi insuficiente para produzir mudanças significativas nas crenças pessoais de policiais militares sobre o fenômeno da VPI, e os participantes reportaram escores inferiores aos de outras categorias profissionais ao serem avaliados com o mesmo instrumento de crenças sobre a VPI. Contudo, o estudo apresenta caminhos promissores de atuação de psicólogos e do conhecimento da psicologia para prevenção da VPI por meio da atuação com a polícia. Espera-se que pesquisas futuras consigam atingir essa população de maneira mais efetiva e com treinamentos mais duradouros e perenes.

Referências

- Ballucci, D., Gill, C., & Campbell, M. A. (2017). The power of attitude: The role of police culture and receptivity of risk assessment tools in IPV calls. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 11(3), 242–257. <https://doi.org/10.1093/police/pax018>
- Brasil. (2005). *Violência Doméstica Contra a Mulher – Relatório de Pesquisa*. Senado Federal. https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher-2005.pdf
- Brino, R. F., & Souza, M. A. D. O. (2016). Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional. *Educação & Realidade*, 41(4), 1251–1273. <https://doi.org/10.1590/2175-623653298>
- Cockcroft, T. (2019). Police culture and police leadership. In P. Ramshaw, M. Silvestri, & M. Simpson (Eds.), *Police leadership* (pp. 23–45). Palgrave Macmillan.
- Crowe, A., & Murray, C. E. (2015). Stigma from professional helpers toward survivors of intimate partner violence. *Partner Abuse*, 6(2), 157–179. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.6.2.157>
- Eriksson, L., & Mazerolle, P. (2015). A cycle of violence? Examining family-of-origin violence, attitudes, and intimate partner violence perpetration. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(6), 945–964. <https://doi.org/10.1177/0886260514539759>
- Ferrari, I. M. D. S. F., Priolo Filho, S. R., & Brino, R. F. (2016). Questionário sobre violência intrafamiliar: Confiabilidade de um instrumento sobre crenças. *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(3), 54–65. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v18n3p54-65>
- Guidi, J., Brakemeier, E. L., Bockting, C. L., Cosci, F., Cuijpers, P., Jarrett, R. B., Linden, M., Marks, I., Perretti, C. S., Rafanelli, C., Rief, W., Schneider, S., Schnyder, U., Sensky, T., Tomba, E., Vazquez, C., Vieta, E., Zipfel, S., Wright, J. H., & Fava, G. A. (2018). Methodological recommendations for trials of psychological interventions. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 87(5), 276–284. <https://doi.org/10.1159/000490574>
- Haddad, A. T., & Lieberman, L. (2002). From student resistance to embracing the sociological imagination: Unmasking privilege, social conventions, and racism. *Teaching Sociology*, 30(3), 328–341. <https://doi.org/10.2307/3211481>
- Huisman, K., Martinez, J., & Wilson, C. (2005). Training police officers on domestic violence and racism: Challenges and strategies. *Violence Against Women*, 11(6), 792–821. <https://doi.org/10.1177/1077801205276110>
- Ingram, J. R., Terrill, W., & Paoline III, E. A. (2018). Police culture and officer behavior: Application of a multilevel framework. *Criminology*, 56(4), 780–811. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12192>
- Lerner, G. (1986). *The creation of patriarchy* (Vol. 1). Oxford University Press.
- Lindner, S. R., Coelho, E. B. S., Bolsoni, C. C., Rojas, P. F., & Boing, A. F. (2015). Prevalência de violência física por parceiro íntimo em homens e mulheres de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: Estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(4), 815–826. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00159913>
- Lockwood, D., & Prohaska, A. (2015). Police officer gender and attitudes toward intimate partner violence: How policy can eliminate stereotypes. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 10(1), 77–90. <https://www.ijcjs.com/pdfs/lockwoodprohaskaijcs2015vol1oissue1.pdf>
- McPhedran, S., Gover, A. R., & Mazerolle, P. (2017). A cross-national comparison of police attitudes about domestic violence: A focus on gender. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 40(2), 214–227. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-06-2016-0083>
- Muftić, L. R., & Cruze, J. R. (2014). The laws have changed, but what about the police? Policing domestic violence in Bosnia and Herzegovina. *Violence Against Women*, 20(6), 695–715. <https://doi.org/10.1177/1077801214540539>

- Myers, D. L. (1995). Eliminating the battering of women by men: Some considerations for behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 28(4), 493–507. <https://doi.org/10.1901/jaba.1995.28-493>
- Papazoglou, K., & Andersen, J. P. (2014). A guide to utilizing police training as a tool to promote resilience and improve health outcomes among police officers. *Traumatology: An International Journal*, 20(2), 103–111. <https://doi.org/10.1037/h0099394>
- Peterman, A., Bleck, J., & Palermo, T. (2015). Age and intimate partner violence: An analysis of global trends among women experiencing victimization in 30 developing countries. *Journal of Adolescent Health*, 57(6), 624–630. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.08.008>
- Sani, A., & Morais, C. A. D. (2010). *Escala de Percepção sobre o apoio à Vítima de Violência Doméstica* [Manuscrito não publicado]. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2289/3/DM_20612.pdf
- Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. P., França-Junior, I., Diniz, S., Portella, A. P., Ludermit, A. B., Valença, O., & Couto, M. T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797–807. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000500014>
- Schwarzwald, J., Koslowsky, M., & Agassi, V. (2001). Captain's leadership type and police officers' compliance to power bases. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 10(3), 273–290. <https://doi.org/10.1080/13594320143000672>
- Silva, K., Chein, J., & Steinberg, L. (2016). Adolescents in peer groups make more prudent decisions when a slightly older adult is present. *Psychological Science*, 27(3), 322–330. <https://doi.org/10.1177/0956797615620379>
- Venema, R. M. (2018). Police officers' rape myth acceptance: Examining the role of officer characteristics, estimates of false reporting, and social desirability bias. *Violence and Victims*, 33(1), 176–200. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.33.1.176>
- Visschers, J., Jaspaert, E., & Vervaeke, G. (2017). Social desirability in intimate partner violence and relationship satisfaction reports: An exploratory analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(9), 1401–1420. <https://doi.org/10.1177/0886260515588922>
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.
- Walker, L. E. (2016). *The battered woman syndrome* (4th ed.). Springer.
- Williams, L. C. A., Gallo, A. E., Maldonado, D. A., Brino, R. F., & Basso, A. F. T. (2000). Oficina de psicologia para policiais da delegacia da mulher: Um relato de experiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2(2), 103–119. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1114>

EQUIPE EDITORIAL**Editora-chefe**

Cristiane Silvestre de Paula

Editores associados

Alessandra Gotuzo Seabra

Ana Alexandra Caldas Osório

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Editores de seção**"Avaliação Psicológica"**

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Marcos Vinicius de Araújo

Vera Lúcia Esteves Mateus

"Psicologia e Educação"

Alessandra Gotuzo Seabra

Carlo Schmidt

Regina Basso Zanon

"Psicologia Social e Saúde das Populações"

Enzo Banti Bissoli

Marina Xavier Carpena

"Psicologia Clínica"

Carolina Andrea Ziebold Jorquera

Julia Garcia Durand

Natalia Becker

"Desenvolvimento Humano"

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Rosane Lowenthal

Suporte técnico

Camila Fragozo Ribeiro

Giovanna Joly Manssur

Maria Fernanda Liuti Bento da Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL**Coordenação editorial**

Ana Claudia de Mauro

Estagiários editoriais

Élcio Carvalho

Pietro Menezes

Preparação de originais

Carlos Villarruel

Revisão

Caduá Editorial

Diagramação

Acqua Estúdio Gráfico